OS IMPACTOS DA NGB NO ENSINO DE GRAMÁTICA NAS ESCOLAS

Franciele Renata Ribeiro (PIBIC/ UEPG), Clóris Porto Torquato (Orientadora)
Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Estudos da Linguagem.

Políticas linguísticas, políticas de letramentos e políticas de identidades

Palavras-chave: Nomenclatura Gramatical Brasileira, Ensino de Gramática, Gramática.

Resumo

O presente projeto tem como objetivo analisar o impacto causado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) nas gramáticas escritas após a sua publicação, uma vez que este documento apenas normatiza a nomenclatura, deixando a cargo do gramático fazer relação entre o nome e função da estrutura linguística em questão. Nossa hipótese é a de que, atualmente, nas aulas de Língua Portuguesa, apresenta-se este material apenas de uma forma expositiva, categorial e conceitual, o que torna o ensino de língua "gramatizado". Além disso, entendemos, junto com Kenedy (2010), que "os termos propostos para descrever fenômenos gramaticais passaram a ser o objetivo da análise da língua, deixando a própria língua em segundo plano". Sendo assim, analisamos o material didático utilizado no ensino público na cidade de Ponta Grossa no intuito de entender a abordagem do ensino de gramática em sala de aula.

Introdução

A nomenclatura adotada hoje em dia nas gramáticas tradicionais e livros escolares usados em sala de aula teve origem em 1959, por meio da Portaria nº36 do Ministério da Educação, que ficou conhecida como "Nomenclatura Gramatical Brasileira" (NGB).
A concepção teórica e a configuração metodológica em que foram formuladas teve consequências diretas nas gramáticas de língua portuguesa, uma vez que apenas a nomenclatura foi normatizada, ficando a cargo de cada autor fazer as relações que julgasse necessárias entre aquele nome e as estruturas linguísticas ali focalizadas. De certa forma, as gramáticas formuladas após a NGB se tornaram autoridades diante da sociedade também pela sua atuação no meio escolar, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, pelo valor descritivo, categorial e conceitual, formando assim um ensino de língua que podemos chamar de "gramatizado", pois age entendendo que há uma unidade entre os fenômenos da língua quando se parte de condições de estudos metalinguísticos; inclusive sendo possível se determinar fatos linguísticos como "certos" e outros não. De acordo com Kennedy (2010), "os termos propostos para descrever fenômenos gramaticais passaram a ser o objetivo da análise da língua, deixando a própria língua em segundo plano'', ou seja, passou-se a focar muito mais na terminologia e na sua uniformização já apresentada na NGB do que na metodologia pela qual se chega até ela.

Cada gramático possui formas diferentes de definir o mesmo termo, como vimos na execução do projeto PIBIC 2016/2017, “Gramáticas Revisitadas: a noção de sujeito”. Naquela etapa do trabalho, pudemos demonstrar que a nomenclatura “sujeito” apresenta uma enorme divergência em termos de definição. Considerando todas essas questões, temos agora a problemática da Nomenclatura Gramatical Brasileira, a formação e a autoria dos conceitos nas gramáticas e a consequência disso no ensino de Língua Portuguesa que, atualmente, ainda parte de materiais didáticos que trabalham com gramática.

Materiais e Métodos

Primeiramente, apresentamos um breve histórico da Nomenclatura Gramatical Brasileira, discutindo a elaboração e os métodos que a consolidaram. Para tanto, usamos como aporte Baldini (1999), Costa (2012) e Kennedy (2010). Após esse estudo, buscamos a menção e a apresentação da NGB nas gramáticas de Bagno (2012), Cunha (2001) Guimarães (1997) e Sacconi (1994). Em seguida, analisamos dois livros didáticos com o intuito de entender a abordagem do ensino de gramática.

Resultados e Discussão

A Nomenclatura Gramatical Brasileira foi formada por uma comissão com cinco respeitados professores, Antenor Nascente, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá Filho, Celso Cunha e Rocha Lima, junto com 3 assessores Antônio Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia. Essa comissão foi contratada pelo Ministério Da Educação, em 1957, com o objetivo de realizar uma simplificação homogeneizada na nomenclatura gramatical utilizada no meio escolar brasileiro. A divergência de terminologias utilizadas pelas gramáticas formava um grande problema para o estudo escolar, e para o progresso das pesquisas linguísticas do Brasil.
Reconhecemos a NGB como um meio de intervenção de políticas públicas do país, visto que é um documento linguístico discursivo, pois a resolução da portaria de número trinta e seis faz a recomendação da adoção da NGB e sua imediata atuação em vigor.
Nesse presente projeto fazemos uma explanação sobre as categorias da classe gramatical, visto que esse tema é objeto de estudo de editais de concursos.

Através de tabelas, demonstramos nos dados coletados a inconsistência das categorias na classe de palavras, e após uma reflexão sobre exercícios coletados em dois livros didáticos a respeito do termo ‘substantivo’, nomenclatura presente na NGB. Nas análises realizadas percebemos a forte presença da metalinguagem como produto de ensino e o uso de uma teoria mais tradicionalista a respeito dos estudos gramaticais. Apesar de as Diretrizes assentirem a importância de considerar não somente a gramática normativa em sala de aula, o que se vê é a nomenclatura gramatical sendo o produto de ensino. Segundo Bagno, a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que, por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua” (BAGNO, 2007:72-73).
Perini (2014:26) aponta que faltam obras de cunho didático que possam ser adotadas para o trabalho em sala de aula, por isso salientamos aqui a importância dos estudos linguísticos a respeito dos questionamentos das tradições gramaticais.

Um dos maiores argumentos para o ensino da gramática normativa é o ‘’aprender a falar/escrever bem’’, porém o que realmente está em jogo é a ascensão

social do aluno ao aprender a ‘’falar bem’’ e, como cita Perini (2014): ‘’O que está em jogo é o poder; não a ciência; mas a ciência é o grande instrumento do poder, logo ela está também em jogo (...).’’

Conclusões

Reconhecemos a NGB como um discurso político linguístico, visto que apesar de aparentar uma neutralidade e uma homogeneidade, os termos que a compõe possuem controvérsias. Embora a NGB apenas aconselhe a nomenclatura, sua difusão entre gramáticas e, consequentemente, pelos livros didáticos se faz grande. Nesse sentido, apenas a voz do gramático é tomada como verdade, pois ela assume o privilégio de interpretação. Daí se dá o argumento de que “saber gramática é saber falar”. Vemos a necessidade de uma reformulação para a NGB e do ensino não somente da gramática normativa em sala de aula, mas também o uso científico da mesma.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Cientifica (Pibic) e pelo apoio financeiro e institucional concedido para a realização desta pesquisa.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcela. Gramática: texto, análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2006.
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 49ed. São Paulo: Loyola, 2007.
_____. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
BORGATTO, Ana Trinconi et al. Língua Portuguesa. 5º ano. São Paulo: Ática, 2015.
BORGES, José N. Alguns comentários sobre a iniciação científica na área de estudos linguísticos. Anais... In: Encontro do CelSul, n. 10. Cascavel: Unioeste, 2012.
BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 1971.
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. Atual, 3ª ed. 2009.
CIPRO NETO, P. & INFANTE, U. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1998.
COSTA, Maria Iraci Sousa. O lugar da definição na gramática: efeito de transparência do dizer. Fragmentum, n. 33, p. 49-56, 2012.
CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramatica do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed. 2001.

GUIMARÃES, Florianete; GUIMARÃES, Margaret. A gramática lê o texto. São Paulo: Editora, 1997.
KENEDY, Eduardo. Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB. Revista escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2010.
LUFT, C. P. Moderna gramática brasileira. 2 ed. São Paulo: Globo, 2002.
MIOTO, Carlos, FIGUEIREDO-SILVA, Maria Cristina, LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. Novo manual de sintaxe. Florianópolis: Insular, 3 ed. 2007.
PARANÁ, Diretrizes Curriculares Estaduais. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica, 2008.
PÊCHEUX, Michel. Discurso: estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
PERINI, Mário Alberto. Gramática descritiva do português. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996.
_____, Mário A. Gramática do português brasileiro. Parábola Ed., 2010.
SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática: teoria e prática. São Paulo: Atual, 1994.